

Pinheirinho X o rolo compressor do capital, do estado, da polícia e da (in)justiça no nosso país

Por Marcela Cornelli

“Não deixarmos esmagar, não deixarmos cooptar, lutar sempre”.
Florestan Fernandes

Eles tinham uma casa, agora dormem em colchões improvisados no chão de um ginásio de esportes. Eles tinham geladeira, mesa, uma cozinha, comida e dignidade. Agora recebem um prato de comida no almoço, muitas vezes já azeda, em pratos plásticos e comem sentados no chão, num ambiente quente e abafado, em uma cancha de bocha. Eles tinham uma vida própria e agora dependem do estado e da ajuda de estranhos pra sobreviverem. As crianças tinham brinquedos, cadernos, lápis de cor, bonecas, carinhos de bebês – tudo ficou esmagado e sob os escombros de suas casas. Eles tinham roupas e documentos. Agora não tem nada ou quase nada. Do outro lado, eles tinham o dinheiro, o poder, as armas e a (in)justiça “nas mãos”. Uma luta desigual. Armas letais contra mulheres, crianças, idosos, pais e mães trabalhadores. Sem poder fazer muita coisa viram suas casas desmoronarem. Eles gritaram, poucos ouviram – 9 mil pessoas foram colocadas na rua. Para isso, o uso da força e da violência patrocinados pelo Poder Público – o dinheiro público usado para defender a propriedade privada, para defender a massa falida de um mega empresário que deve nada mais nada menos do que 16 milhões só em IPTU aos governos federal e municipal. Naji Nahas, dono do terreno onde viviam as famílias do Pinheirinho, foi responsável pela quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1989. Em 2006, a Polícia Federal prendeu Nahas e o acusou, junto com Daniel Dantas, de comandar crimes no mercado financeiro. Os dois foram libertados. Quem é bandido? O ladrão? Quem merecia ser expulso de suas terras? Ser algemado? Ser violentado física e psicologicamente? Não são as crianças e os moradores do Pinheirinho. Mas porque neste país nada acontece aos poderosos aos ricos? Porque os governo, a (in)justiça e a polícia servem a um só lado, o lado do capital. Tudo isso nas nossas caras. O Brasil inteirinho literalmente assistindo. Até quando vamos permitir isso?

O Pinheirinho pede socorro e é só mais uma mostra da força e da desumanidade de um sistema insustentável que precisamos combater: o capitalismo. Por isso, 10 dias depois da barbárie cometida contra as famílias do Pinheirinho, mais um ato reuniu movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, estudantes e militantes de todo o país em uma manifestação na cidade de São José dos Campos, em São Paulo. Justiça, direito a moradia e vida digna. É o que cerca de 5 mil pessoas pediram no dia 2 de fevereiro em um ato e passeata pelas principais ruas de São José dos Campos. Trabalhadores do Movimento dos Sem Terra, Movimentos dos Sem Teto, sindicatos, movimentos sociais, estudantes, partidos políticos, representantes da CSP Conlutas e da Intersindical, entre outras centrais sindicais, e segmentos da sociedade uniram mais uma vez as forças para se solidarizar contra a barbárie cometida contra as famílias do Pinheirinho, expulsas de suas casas, onde viviam há mais de 8 anos. Caravanas vieram de todo o país. Sindicatos de Blumenau (SC), em um esforço conjunto, conseguiram enviar um ônibus, carregado de mantimentos e solidariedade. É muito pouco diante da barbárie ocorrida. Deveríamos ser mais, mas foi o que foi possível de reunir. A indignação toma conta de todos, mas muitas vezes falta a ação.

Com palavras de ordem como “*Quem luta não está sozinho, somos todos Pinheirinho*” e “*Dilma não basta se indignar, tem que desapropriar*”, o ato percorreu as principais ruas de São José dos Campos e encerrou em frente a Prefeitura Municipal. Mesmo com um sol escaldante, a marcha seguiu firme pedindo a desapropriação do terreno e a construção de casas populares no local. À frente os moradores carregando suas faixas e de braços dados. As mães com seus filhos no colo, crianças de menos de um ano de idade, com sede, fome e sem casa para morar. A massa seguia atrás emocionada. Seguia também o exército do Pinheiro, homens segurando como escudo tonéis e em vez de armas na mãos, pedaços de madeira, simbolizando a luta e a resistência de um povo que não foi esmagada junto com seus pertences e suas casas.

Assibiadi Joel Gonçalo, 82 anos, há 8 anos morava no Pinheiro e teve sua casa demolida, assim como a

de todos os 9 mil moradores da maior ocupação urbana da América Latina, após a ação truculenta da polícia no dia 22 de janeiro, em conluio com o governo estadual, que passou por cima de uma ordem judicial federal, e agiu em nome do capital. *“Eu tinha acabado de reformar minha casa”*. Com os olhos cheios de lágrimas, o aposentado seguia na marcha em São José dos Campos pedindo justiça. *“A única forma de fazer justiça é nos devolverem o Pinheirinho”*, disse. *“Quanto tempo o governo vai pagar o nosso aluguel, um mês, dois meses?. Os policiais jogaram uma bomba (de gás lacrimogêneo) na porta da minha casa, mandaram ‘vazar’ de lá. Eu não pude fazer nada. Só pude levar parte das minhas coisas. A gente não é bandido pra ser tratado desse jeito”*, falou o aposentado.

“Vamos continuar na luta até termos o Pinheirinho de volta”, disse Rose Aparecida da Silva, 42 anos, que também vivia na comunidade há 8 anos com o marido e duas filhas. *“Não é justo tirar dos pobres e dar para um ladrão (referindo-se ao empresário Naji Nahas). A justiça e a polícia não cobram de quem deve milhões para o governo, mas expulsa os pobres das suas casas. Os policiais não entraram para desocupar, entraram para matar”*, disse Rose, indignada e ainda assustada com a violência vivenciada no Pinheirinho, marcada no corpo, exibindo na perna a cicatriz deixada por uma bala de borracha, e na alma, sedenta por justiça.

Dézia Vieira da Silva, 30 anos, saiu só com a roupa do corpo e durante a passeata denunciou que os policiais usaram palavras de baixo nível para tratar as mulheres como “sai daí vagabunda”. Dézia morava com a mãe de 70 anos que agora está em um dos abrigos.

Cisleide Gomes de Moraes, com 43 anos, disse que a comunidade não esperava o despejo. *“Fomos acordados às cinco da manhã com o barulho dos helicópteros e a polícia nos expulsando de casas. Foi muita humilhação e sofrimento”*, lembra Cisleide. Eles comemoravam a decisão judicial federal, recebida pela comunidade com festa no sábado, do prazo de 15 dias para a desocupação e de que seguiam as tentativas de acordo para a regularização da área. Para o domingo estavam preparando um churrasco na comunidade, que vivia de forma coletivamente organizada. *“A justiça do estado passou por cima de uma decisão do governo federal. Ainda temos 17 desaparecidos. Nossa luta agora é para a presidente Dilma desapropriar o terreno e nós podermos voltar a morar lá”*. Ela disse ainda que as mães do Pinheirinho tentaram, desesperadas, voltar as suas casas para buscar o leite das crianças, o que também lhes foi negado. *“A mistura para o almoço de domingo ficou lá estragando com toda a nossa comida. Nem fraldas, nem o leite pras crianças pudemos pegar”*, lembrou Cisleide.

Estupro social

“O que houve no Pinheirinho foi um estupro social”, disse Valdir Martins, o Marrom, 54 anos, líder do Pinheirinho. Um dia antes da manifestação, no dia 1 de fevereiro, ele sofreu um atentado por parte dos policiais e só se salvou porque estava perto do abrigo e os trabalhadores ali alojados o socorreram. *“As lideranças tiveram a preocupação de evitar um confronto e pedimos para os moradores não reagirem, porque a polícia estava armada com balas de borracha e armas letais”*. Hoje os moradores expulsos do Pinheiro estão em quatro abrigos. *“Agora a luta é pela desapropriação do terreno”*, falou Marrom, com ar cansado, mas esperançoso. Após a manifestação, militantes e sindicalistas visitaram o abrigo do Morumbi levando mantimentos e foram ver os destroços que sobraram das casas no Pinheirinho. Dois cenários de caos, tristeza e muita revolta.

“Eles querem que saímos do abrigo para nos desmobilizar”

“Antes tínhamos casa, agora sobrevivemos com as três refeições que ganhamos por dia, café, almoço e janta, que recebemos de doação. Eu já passei mal por causa da comida estragada. Não temos mais nossos direitos”, diz Sheila Aparecida Costa, que está no abrigo com o esposo e os filhos. *“Não posso chegar com minha família na casa da minha mãe que também vive em condições de pobreza. É isso o que eles (a prefeitura e o estado) querem. Que saímos aqui do Morumbi (maior abrigo dos desalojados) para nos dividir e nos dispersar. Se formos morar com as famílias, não veremos mais nossos vizinhos, nem saberemos do que eles precisam. Não vamos mais existir para a sociedade. Vão esquecer do Pinheirinho”*, desabafou. *“Um cheque de 500 reais não vai substituir a vida que tínhamos no Pinheirinho, não vai aliviar a nossa dor, nem trazer nossa dignidade de volta”*. O aluguel social foi

aprovado pela Câmara de Vereadores, sendo que R\$ 400,00 serão pagos pela Prefeitura e R\$ 100,00 pelo Estado. *“Alguém consegue alugar um local para uma família em São Paulo, por R\$ 500,00?”* questionou Sheila. E completou: *“É bom saber que tem gente lá de Santa Catarina que se preocupa com a gente aqui. Que bom que vocês vieram nos visitar”*.

Com um prato de comida, sob o calor do ginásio de esportes no abrigo do Morumbi e sentada no chão, Nair Rodrigues Pinto, 50 anos, tem problemas de pressão alta e do coração. *“Só consegui sair com a roupa do corpo. Perdi tudo. Não tive como reagir, fui empurrada pra fora de casa como um bicho”*, conta. Os dois banheiros do ginásio são usados coletivamente pelas cerca de 350 pessoas ali alojadas. Em pior situação, estão as famílias instaladas, para não dizer jogadas, na cancha de bocha ao lado do ginásio. Com menos ventilação, dormem amontoadas pelo chão. A triagem da comida e das roupas doadas são feitas com interferência de pessoas da Prefeitura. As famílias acusam que a Prefeitura não tem interesse nas doações e dá comida estragada e azeda para as famílias saírem logo dos abrigos.

Nos escombros, um cenário de guerra

Somente ao pisar no chão do Pinheirinho, uma área de 1,3 milhão de metros quadrados na Zona Sul de São José dos Campos, é possível se colocar realmente no lugar das famílias que dali foram expulsas. Móveis, carrinhos, bonecas, roupas, documentos, cadernos escolares das crianças, tudo soterrado pelos escombros das casas de bloco e madeira. Onde corriam e brincavam crianças, plantava-se, a praça Zumbi dos Palmares, creches, igrejas, tudo derrubado ao chão pela força do capital, pelas mãos sujas de sangue dos governos de Geraldo Alckmin (governador PSDB), da juíza estadual Márcia Loureiro e de Eduardo Cury (prefeito PSDB), entre outros capachos do capital. No dia da expulsão, os moradores foram “marcados” com pulseiras de identificação, lembrando o holocausto nazista.

O Pinheirinho não deve ser tratado como um caso isolado, ele faz parte de toda a política dos governos corruptos e vendidos para o capital, com apoio do poder judiciário, que há muito tempo já vem mostrando de que lado está na luta de classes, com a omissão e cooperação do governo federal. Cada vez mais os pobres estão sendo expulsos de suas casas, seja para proporcionar as mega construções da Copa do Mundo, seja para defender o capital privado de mega empresários, o projeto é sempre o mesmo, massacrar os trabalhadores para garantir a concentração de poder aos ricos e detentores do capital. Ah, quando o exército do Pinheirinho se levantar em todos nós... Aí quem sabe vamos ver as reais mudanças que o nosso país precisa. Pinheirinho somos todos nós e a luta por moradia e vida digna deve ser de todos. Ou a classe de trabalhadores se une ou será cada vez mais massacrada pelo capitalismo. É imprescindível que todas as forças políticas se unam para que o terreno seja desapropriado e se faça um pouco de justiça a essas famílias. Digo um pouco de justiça, porque justiça mesmo só quando derrotarmos o capitalismo e todos os seus defensores e inimigos do povo, pobre e sofrido brasileiro.

Marcela Cornelli é jornalista e assessora de imprensa do SINDPREVS/SC